

Um olhar sociológico sobre o alojamento

Isabel Guerra

Resumo: O artigo apresenta e discute as diferentes abordagens da “questão do alojamento”: ecológica, neo-clássica, weberiana, marxista e na óptica dos “modos de vida”. A diversidade das abordagens da “questão do alojamento” são exemplo da sua natureza complexa e problemática, relacionando-se com a diversidade dos quadros conceptuais e correntes de pensamento, no caso, não apenas da sociologia urbana, mas também de outras disciplinas nomeadamente da economia e da psicologia. Exploram-se as abordagens relacionadas com os processos de apropriação do alojamento concluindo-se da inexistência de olhares integrados e de um método de ajuda à programação e à concepção do espaço habitado que apoie o trabalho profissional de sociólogos neste campo.

Palavras-chave: Alojamento; Sociologia urbana; Apropriação do espaço

1. A questão do alojamento e as estruturas espaciais urbanas

A diversidade das abordagens da *questão do alojamento* são exemplo da sua natureza complexa e problemática. A habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana, constituindo um indicador indirecto das desigualdades sociais na cidade. É também um elemento essencial à estruturação urbana e uma fonte de conflito e de negociação entre instituições e agentes envolvidos na sua produção, consumo e apropriação.

Evidentemente que a diversidade das abordagens sobre a questão do alojamento se relacionam com a diversidade dos quadros conceptuais e das escolas e correntes de pensamento, no caso, não apenas da sociologia urbana, mas também de outras disciplinas nomeadamente da economia e da psicologia.

A questão da habitação é, hoje, um campo de estudo multidisciplinar e de confronto de diversas teorias. Os seus diferentes enfoques reflectem

não apenas a ênfase de determinados actores e problemáticas, mas também diferentes interpretações do seu papel social e da sua influência na estruturação das relações sociais.

Em termos globais, assiste-se a uma complexa e curiosa complementaridade das dimensões de análise valorizadas pelas diferentes abordagens, pese embora o clássico antagonismo entre as teorias marxistas e não marxistas. Há uma clara distinção entre as abordagens ecológicas e neo-clássicas que colocam o seu enfoque nas condições de equilíbrio do mercado e as perspectivas marxistas que analisam o alojamento à luz da luta de classes e da sua desigualdade social.

Tradicionalmente, opõem-se as abordagens centradas na produção social do espaço, no caso, com enfoque na produção do alojamento às abordagens da apropriação social do espaço mais compreensivas. Keith Basset e John Short (1980) apresentam cinco abordagens da questão do alojamento cujo recurso às diferentes teorias sociais orienta os centros de interesse.

Quadro 1: Principais abordagens da questão do alojamento

<i>Abordagem</i>	<i>Teoria social</i>	<i>Áreas de interesse</i>	<i>Autores mais significativos</i>
1. Ecológica	Ecologia humana	Modelos espaciais de estruturas residenciais	Burgess (1925)
2. Neo-clássica	Economia neo-clássica	Maximização da utilidade, escolha do consumidor	Alonso (1964)
3. Institucional			
• organizativa (managerial)	Sociologia weberiana	Constrangimentos de acesso	Pahl (1975)
• do conflito de localização		Poder dos diversos grupos; conflito	Form (1973) Saunders (1981)
4. Marxista	Materialismo histórico	O alojamento como um bem de consumo, reprodução da força de trabalho	Harvey (1973) Castells (1974)
5. Modos de vida	Interaccionismo simbólico Psicologia ambiental	Formas e usos de apropriação do espaço	Lefèbvre (1959,1970) Chombart de Lauwe (1959)

Fonte: Atualizado a partir de Keith Basset e John Short, 1980.

O que caracteriza a análise ecológica é a assumpção de uma relação natural entre o meio ambiente e o comportamento humano. Apesar das mediações que foram sendo sucessivamente introduzidas nessa relação, o modelo ecológico caracteriza-se pela naturalidade de entendimento da evolução da cidade na relação do homem com o ambiente.

Do ponto de vista empírico, a análise ecológica consistiu fundamentalmente na observação dos modelos de localização e de diferenciação residencial (modelo de Burgess; ecologia factorial, etc). Uma maior preocupação pela descrição mais do que pela interpretação, origina um modelo com dificuldades em interpretar os processos de diferenciação no acesso à habitação, bem como a complexidade e diversidade das suas formas de produção. Fica-nos, no entanto, como contributo uma sofisticação das técnicas de tratamento na análise da cidade e das áreas sociais através da análise factorial, e uma crítica ao naturalismo das formas de apropriação da cidade.

Inversamente, os teóricos neoclássicos pretenderam desenvolver uma teoria explicativa das estruturas espaciais e da localização residencial. A sua importância advém do facto de enfatizarem as preferências das famílias e da procura de habitação, introduzindo um factor de racionalidade económica e sociológica nas formas de produção e apropriação do espaço.

De forma simplista, a economia neo-clássica vê a sociedade como uma série de indivíduos cuja natureza e forma de comportamentos são previsíveis. A realização das preferências dos indivíduos organiza a economia e a sociedade. Neste domínio, considera fundamentalmente dois tipos de actores: as famílias e as empresas. As famílias querem alojamentos que maximizem os seus interesses e as empresas colocam no mercado terra e casa em quantidades e proporções que lhes permitam maximizar os lucros.

A distribuição do valor e lucro entre os três factores de produção - terra, capital e trabalho - é explicada pela teoria da produtividade marginal. De acordo com essa teoria, cada um destes elementos será utilizado até que o seu custo supere o valor da sua produção. Em condições de equilíbrio, cada um pagará em função da sua contribuição.

Neste contexto, as teorias neo-clássicas partem de 4 princípios:

- a produção de bens e serviços reflecte as preferências dos consumidores;
- as famílias e as empresas detêm uma informação perfeita sobre o mercado;
- com base na informação perfeita, as famílias maximizam os seus interesses e as empresas os seus lucros;

— a produção é flexível dado que os factores de produção podem ser intermutáveis.

O modelo mais conhecido de interpretação dos custos de localização do alojamento é conhecido como o modelo de *trade-off* da localização residencial. Este modelo parte do pressuposto da existência de uma relação directa entre o consumo do espaço e o preço da distância, ou seja, o consumidor tende a fazer uma relação entre o custo do centro em alojamento e em distância, bem como os seus rendimentos, jogando com esses factores na escolha da localização. Nesta perspectiva, é possível analisar quer a procura, quer o valor da renda como resultado dessa trilogia - distância, rendimentos, preço -, explicando-se a procura pela relação custo da casa, transporte e salário.

O próprio raciocínio neo-clássico vem introduzir, mais tarde, neste modelo perspectivas de apreciação das características do sítio e da casa e o comportamento do consumidor complexificando o modelo inicial.

As *abordagens weberianas* introduzem na lógica da procura, a lógica da oferta. As críticas que fazem ao modelo neo-clássico iniciam-se na contestação da capacidade de escolha dos sujeitos em função dos rendimentos já que agem no contexto de outros constrangimentos do mercado de habitação. Assim, estas abordagens introduzem a dimensão do conflito pelo uso da terra e da casa o que lhes darão o epíteto de teorias conflituais da localização.

As teorias weberianas estão sobretudo centradas na natureza das relações sociais associadas às relações de propriedade do alojamento, e nas consequências dessas relações de propriedade na consciência dos actores.

O primeiro grande contributo para as questões da conceptualização urbana foram inicialmente de John Rex (1967), através do conceito de classes de alojamento apresentado na sua obra *Race, Community and Conflict*. O alojamento é aí apresentado como um bem existente no mercado que, tal como os outros bens, é um factor de diferenciação das classes sociais e um potencial pólo de conflito que é atribuído a:

- tipos de alojamentos disponíveis;
- modos de acesso ou tipos de posse legalmente reconhecidas;
- formas de distribuição do alojamento (mercado livre; mercado burocrático, etc).

As classes de alojamento são assim definidas como ...*grupos diferencialmente posicionados relativamente aos meios de alojamento*.

A maior parte dos estudos weberianos organizativos polarizam-se na identificação dos agentes (públicos, semi-públicos e privados) com poder na distribuição dos escassos recursos urbanos (nomeadamente a habita-

ção) e a enfatizar o seu papel na construção dos constrangimentos de acesso às casas.

As abordagens weberianas trouxeram problemáticas interessantes ao estudo do alojamento. Uma primeira problemática decorre ainda das teorizações de John Rex, que relaciona os tipos de alojamento e as formas da sua distribuição, permitindo estudar a segregação residencial como factor estruturante das cidades. Uma segunda dimensão muito explorada tem sido a da relação entre o tipo de acesso ao alojamento e a consciência e práticas dos agentes noutros domínios do social. Discutiu-se longamente o efeito destas diferentes formas de acesso ao alojamento (e à sua propriedade) e as formas de comportamento social e político, nomeadamente no que se refere à consciência política dos actores¹.

Para as *abordagens marxistas* a questão do alojamento é uma questão central há longo tempo na formação social capitalista dando conta do carácter contraditório e complexo do funcionamento do sistema. Contraditório porque a produção do alojamento é, simultaneamente, um factor de produção (muito significativo para a esfera produtiva) e um elemento essencial à reprodução da força de trabalho.

A socialização crescente das condições gerais de reprodução levou a que parte dos equipamentos colectivos fossem socializados (saúde, educação, transportes, etc). No entanto, o alojamento mantém-se, ainda hoje, na maioria dos países, um bem sujeito aos mecanismos de mercado.

Os aspectos contraditórios do alojamento inserem-se na lógica contraditória do modo de produção capitalista - o processo de acumulação só se mantém com a venda de produtos, mesmo quando estes têm um valor de uso mais do que um valor de troca.

Em termos abstractos, a base do sistema capitalista é a produção, troca e consumo dos bens pelos produtores e consumidores individuais. À partida o principal critério de acesso a esses bens é a capacidade individual para pagar. No entanto, no estágio actual do desenvolvimento do modo de produção, assiste-se a um grau de socialização crescente dos factores produtivos. Ao nível do Capital, a socialização dos meios de produção permite melhorar a produtividade, mas, simultaneamente, também facilita a organização política e contestatária do factor trabalho. Ao nível do factor trabalho, o acesso ao alojamento permite melhores condições de vida, mas também reforça e intensifica a exploração da força de trabalho.

A análise das actividades de produção e de consumo remete-nos, na leitura marxista, para a oposição de classes entre capital e trabalho, mas também para a fragmentação interclasses. E se é um facto que a principal capacidade de acesso aos bens de consumo é a capacidade para pagar,

ainda hoje existe um mediador face a certos bens que permite, em certos casos, a socialização do consumo. Esse consumo socializado, permitido pelo Estado, assenta numa dada definição da necessidade (historicamente datada) e que se opõe à capacidade de pagar

Em certos sectores da economia, o alargamento de bens e serviços socializados, que a intervenção pública permite é considerada benéfica para os sectores privados.

Em síntese, para os autores marxistas, a contradição central que está na base da crise do alojamento assenta na socialização crescente dos meios de reprodução, concomitantemente à sua apropriação privada. O alojamento é, simultaneamente, um factor de troca (mercadoria) e um factor de uso (essencial à reprodução da força de trabalho) valores contraditórios na lógica do actual modelo de produção.

Assim, para entender a complexidade da crise do alojamento, é essencial detectar os principais agentes que intervêm no processo, os seus interesses e conflitos: conflito de interesses entre capital produtivo e proprietário fundiário; sector da construção civil; promotores imobiliários; o Estado, etc.

A crise do alojamento é, pois, uma crise estrutural que só será resolvida numa sociedade onde as necessidades básicas e os bens e serviços que as satisfazem estejam socializados.

2. Os processos de apropriação do alojamento

As abordagens anteriores tenderam a valorizar a dimensão sistémica, relacionada com as condições de produção do alojamento. De facto, as abordagens mais relacionadas com os processos de apropriação do alojamento não têm sido objecto privilegiado de análise do ponto de vista da sociologia urbana. A maioria dos contributos para este campo de análise advêm de outras disciplinas sociais, nomeadamente, a psicologia comportamental, a antropologia, a semiótica, etc.

No âmbito mais restrito sociológico, há que assinalar os trabalhos pioneiros de H. Lefebvre(1959, 1970) e de Chombart de Lauwe (1959), sobre *Família e Habitação*. O primeiro mais centrado sobre o domínio simbólico e ideológico e o segundo sobre os constrangimentos sociais.

A própria definição da noção “apropriação do espaço” é pouco clara, recobrando domínios variados. Seja qual for a perspectiva em que é utilizada, parece significar, não apenas um processo de uso funcional ou instrumental do alojamento, mas recobrir um domínio diversificado de práticas: culturais, simbólicas, afectivas, etc.

Os contributos teóricos recenseados permitem-nos identificar três grandes níveis de abordagens, ainda não integradas, de análise das formas de apropriação dos alojamentos:

a) uma abordagem sobretudo de ordem sociológica no quadro dos modos de vida e formas de apropriação do alojamento, que se desdobra hoje na relação entre as transformações sócio-demográficas e familiares e as expectativas e formas de apropriação do alojamento;

b) a apropriação psico-sociológica com recurso às variáveis estruturantes da psicologia social;

c) a apropriação simbólica, campo cada vez mais autónomo e interdisciplinar das ciências sociais.

Estas abordagens valorizam determinadas dimensões dos processos de apropriação do alojamento que não estão obviamente separadas, mas é um facto de que não dispomos, hoje, de um modelo integrado de interpretação dos processos de apropriação do alojamento que estructure os diferentes contributos. Esse modelo teria de ser necessariamente interdisciplinar, aprofundando e integrando contributos preciosos de pesquisas que decorrem desde o início do segundo quartel do nosso século.

2.1 A abordagem sociológica dos processos de apropriação do alojamento

O domínio das teorias marxistas de análise da cidade e do alojamento nos anos sessenta e setenta na Europa, relacionando a cidade com a reprodução da força de trabalho, deixou pouco espaço de manobra a uma definição sociológica que considerasse os actores sociais na sua função de apropriação. Estes estavam demasiado “alienados” e “coisificados” devido às relações de exploração da força de trabalho, para que fosse possível valorizar as dimensões mais subjectivas e psico-sociais que a análise dos processos de apropriação do espaço exigiam. A transição teórica parece ser facilitada pelo conceito de Daniel Bertaux de *reprodução antroponómica* e, posteriormente, pela reconceptualização ligada às abordagens dos modos de vida que valorizavam o alojamento como um espaço essencial à estruturação da vida quotidiana².

Do ponto de vista prático, as preocupações sociológicas sobre o alojamento surgem das demandas de arquitectos mais sensíveis, preocupados com as disfunções geradas pelos seus modelos de *habitat*, de edifícios e/ou de urbanizações características dos anos 60 e 70.

A tradição dos arquitectos era a de considerar que nada se sabe sobre as pessoas que vão habitar as casas e que eles (como profissionais) teriam

uma função pedagógica, concebendo casas modernas que ensinem as pessoas a habitar. Se as pessoas não se apropriam adequadamente das casas, então é importante que outros técnicos, assistentes sociais, sociólogos, etc, ensinem a utilizar os espaços concebidos.

Assim, criticava-se algumas “práticas bárbaras” e “pouco civilizadas”, como manter uma grande separação entre os espaços mais públicos e privados da casa (exemplo, da entrada directa para a sala), comer na cozinha, ou pintar a casa de cores que não o branco, ou colocar azulejos nas fachadas, etc.

Os sociólogos esforçaram-se por demonstrar³, nos anos 60, que os moradores sabiam o que queriam, mas que existia um *deficit* de espaços de comunicação⁴ - vejam-se as experiências de participação em França e em Portugal com o processo SAAL.

Depressa os arquitectos menos experientes ficaram frustrados, porque os sociólogos não eram capazes de lhes fornecer respostas exactas e suficientemente operativas como pretendiam. Os “pobres” sociólogos sofriam desse mal de pertencer a ciências não exactas e complexas cheias de causalidades não lineares (Léger, 1994).

De facto, as pesquisas e os projectos de intervenção-acção vieram demonstrar as dificuldades das ciências sociais em clarificar a relação entre a arquitectura e o espaço (i.e., entre o comportamento e as formas espaciais). Se o saber dos sociólogos sobre os modos de vida e o *habitat* não se impôs como um adquirido, é porque a sociologia trabalha com realidades complexas, de causalidades não lineares e sempre em mudança. Perante o trabalho multidisciplinar, poucos sociólogos de terreno parecem conseguir lidar satisfatoriamente com o *stress* que advém da relação complexa entre a análise de uma realidade multifacetada e dispersa, e a necessidade de dar respostas operacionais. Simultaneamente, é difícil não cair numa análise linear e simplista, mantendo um estatuto profissional paritário com outras profissões ditas “mais operacionais”.

No entanto, a abordagem dos processos de apropriação do alojamento tem vindo a ser definida em torno de três eixos fundamentais: i) a função do espaço do alojamento na estruturação dos modos de vida ; ii) as formas de usos e apropriação do espaço de habitar; iii) os factores de satisfação residencial. A maioria das pesquisas, pelo menos em Portugal, articula estes três níveis mesmo quando valoriza um dos vectores.

No contexto actual é quase impossível sintetizar as diversas abordagens, conceitos e autores dada a sua dispersão e sobretudo o carácter empírico da maioria das pesquisas, que não apresentam de forma sistemática os seus quadros de referência⁵.

Modos de vida e habitat: diferentes concepções das determinações de classe nos modos de habitar

Em 1945, Lefèbvre ao propor o estudo da vida quotidiana, numa oposição entre esta e o modo de produção, vislumbrava já a dimensão da *análise das práticas* como uma dimensão indispensável de mudança social, que se opunha aos conceitos de alienação do homem coisificado.

Hoje, para simplificar, podemos dizer que as diferentes concepções na análise dos modos de vida opõem-se no lugar (e importância) que atribuem ao trabalho, às categorias sócio-profissionais, e às sociais. Como escreve Léger (1994) a tendência é para que o sucesso dos modos de vida venham da desgraça do modo de produção.

Encontramos, por um lado, os pós-marxistas que reconhecem o papel determinante do trabalho na estruturação dos modos de vida⁶, e, por outro lado, os que distinguem os grupos nominais definidos pela homogeneidade das práticas culturais e sociais (estilos de vida).

De forma muito simplista, poder-se-ia dizer que, pelo menos na literatura francesa se encontra, hoje ainda, uma grande oposição teórica na análise dos modos de vida e dos processos de apropriação do alojamento, entre os autores que recuperam e completam as categorias socio-profissionais e aqueles que as substituem por categorias socioculturais.

A função de Habitar como necessidade de reprodução da força de trabalho, de reprodução cultural e de protecção

Esta dimensão de análise das formas de apropriação tem raiz na filosofia, substituindo a apropriação dos espaços pela *poética dos espaços* e defendendo que a relação com a casa é uma relação com o mundo mediada pela experiência, pela simbologia e pelo psiquismo - o entusiasmo pelo sótão, o medo da cave, o cheiro da cozinha (Heidegger, Bachelard, Lefèbvre).

É Lefèbvre que primeiramente define a relação com os objectos familiares, as relações de vizinhança, e o habitar como uma relação de apropriação.

Depois de Bachelard todas as concepções se opõem à carta de Atenas e a uma certa visão marxista. Habitar é visto como investir afectos. imaginários, reais e irrealis, conscientes e inconscientes.

A função de habitar é pensada essencialmente a partir de duas dimensões, a satisfação de uma necessidade e resultado de um modelo cultural.

A definição de Michel Conan inclui estas dimensões, já que para o autor habitar é um comportamento pelo qual os homens dão sentido ao

espaço onde vivem, sentido que, simultaneamente, os protege, reforça a permanência da sua identidade e lhes permite fazer face às mudanças adaptando a sua personalidade sem entrar em ruptura com a sua unidade⁷.

Um grande número de pesquisas parte da identificação das *Necessidades* a que o alojamento responde:

- Habitar como Necessidade não apenas da reprodução de força de trabalho, mas como a identifica Chombart de Lauwe, de espaço, de urbanização integrada e de apropriação do espaço; de individualização no interior do alojamento; de repouso, bem-estar, protecção; etc;
- Habitar como Necessidade resultado da interiorização e experimentação de modelos culturais, onde o Habitar como Necessidade psicológica de protecção é essencial⁸.

A multidimensionalidade das necessidades contraria as normas universais e complexifica as dimensões de análise.

Grande parte das pesquisas sociológicas sobre apropriação do alojamento estruturam-se em torno de dois questionamentos fundamentais. O primeiro refere-se ao impacto das alterações demográficas na procura do alojamento e na evolução das características da oferta. O segundo questiona a estruturação do modo de vida e as suas articulações com as necessidades e formas de apropriação ao nível do alojamento. Na primeira dimensão, encontramos uma atenção espacial às dinâmicas demográficas de indivíduos e famílias, bem como à evolução das características da oferta habitacional. Na segunda dimensão, analisa-se a diversidade das práticas sociais de uso e apropriação do alojamento, à luz da estruturação dos modos de vida das famílias e indivíduos e dos seus processos de mobilidade social.

É também já relativamente fácil detectar as dimensões de análise mais comuns nas pesquisas sociológicas sobre as formas de apropriação do alojamento. Estas poder-se-ão organizar da seguinte forma:

Níveis de apropriação

Apropriação (colectiva ou individual) do espaço público e dos espaços centrais; apropriação comum do espaço de vizinhança; apropriação privada do alojamento.

Dimensões de apropriação

Dimensão de uso (o prático); dimensão de significação e/ou representação (estatutária e/ou estética); dimensão imaginária (o fechamento/abertura).

Uma das pesquisas que utiliza uma conceptualização alargada foi realizada em Portugal para o Observatório de Habitação da Cidade de Lisboa (CET, 1993). Eis a grelha analítica.

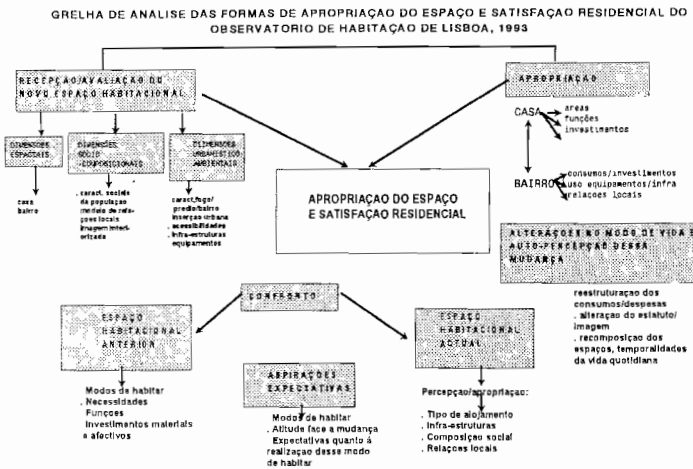


Figura 1: Grelha de análise das formas de apropriação do espaço e satisfação residencial do Observatório de Habitação de Lisboa, 1993

2. 2. A abordagem da psicologia ambiental

Devido à fragilidade dos modelos de análise sociológica e à multidisciplinaridade do objecto, muitos investigadores vão recolher à psicologia, nomeadamente à psicologia ambiental e à análise transaccional parte dos seus modelos de análise das formas de uso e apropriação do alojamento.

Na abordagem da psicologia ambiental, parte-se do pressuposto de que a *casa* é um repositório de processos culturais e psicológicos fundamentais e pretende-se averiguar os significados da casa para os moradores, o papel do alojamento na estruturação das relações familiares, ou o papel do alojamento no relacionamento com a vizinhança, etc.

Duas perspectivas são de valorizar nas abordagens da psicologia ambiental no que se refere à problemática das formas de apropriação do alojamento. São por, um lado, os estudos sobre *satisfação residencial* e, por outro, as pesquisas que se debruçam sobre a *relação entre o meio* (no caso o *habitat*) e o *comportamento*.

A perspectiva transaccional

A perspectiva transaccional tem sido considerada como uma das perspectivas mais fecundas para a análise das formas de apropriação do alojamento. Esta perspectiva, aplicada ao estudos dos processos de apropriação do alojamento, parte de dois pressupostos que estruturam a casa como uma unidade transaccional. O primeiro pressuposto é de que existe uma indissolúvel articulação entre as pessoas e o seu meio-ambiente; o segundo pressuposto é de que as dimensões temporais são dimensões inerentes a essa relação. O alojamento deve assim ser concebido numa dinâmica confluyente de pessoas, lugares e processos psicológicos.

Nesta dimensão, retoma-se Rapoport (1978), que define o meio ambiente como uma relação complexa e uma organização sistemática entre espaço, tempo, significação e comunicação.

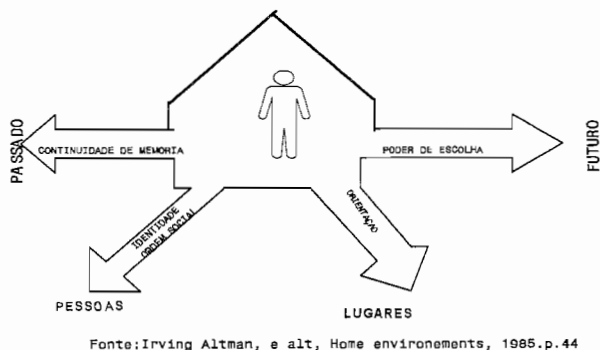


Figura 2: A casa como processo de comunicação

Valorizam-se as dimensões de *apropriação, enraizamento e identidade* que advêm de formas de apropriação positiva da casa e considera-se que essa apropriação positiva é indispensável para o equilíbrio psicológico, familiar e social.

Apropriação, enraizamento e identidade são conceitos que referenciam a ideia de que as pessoas investem significados e afectos nos lugares com que se relacionam. Assim, significa controlar o espaço/tempo, ser familiar a..., investir significados, afectos, ter sentido de pertença, etc.

A casa é também um factor de identidade, já que a casa é um sistema complexo que nos orienta as relações com os lugares, com o espaço e com

a sociedade. Detém, também, fortes laços cognitivos e afectivos, que permitem a integração do “eu” não apenas como um problema de representação da auto-imagem mas, sobretudo, num significado que atribuímos à casa de que nos apropriamos como um traço estruturador da identidade pessoal.

A casa funciona, assim, também como elo de ligação/comunicação com os outros, com os lugares e com o passado, e, nesse sentido, o espaço insere-se num percurso pessoal fazendo parte de uma história de vida.

A avaliação da satisfação residencial é um tema particularmente recorrente nas pesquisas, substituindo mesmo o conceito de apropriação residencial nos estudos anglo-saxónicos. Geralmente, estão presentes três dimensões de análise na noção de satisfação residencial (aliás comuns na investigação em psicologia social): a afectiva, a cognitiva e a comportamental.

No entanto, encontram-se diversas metodologias e objectos na sua operacionalização empírica. Os estudos sobre satisfação residencial assentam fundamentalmente em dois modelos básicos: o modelo de Marans e Spreckelmeyer 1981 (designado modelo conceptual básico) e o modelo de Weidemann e Anderson, 1985 (designado modelo conceptual integrado) (Freitas, 1993).

Estes modelos afirmam, explicitamente, uma relação causal entre os atributos do meio ambiente e o comportamento do indivíduo, postulando que a satisfação depende da percepção e avaliação dos diferentes atributos do meio ambiente, tais como as características do alojamento, a limpeza, a segurança, características dos outros moradores, etc.

As críticas que são remetidas para esta relação entre satisfação e propriedades do *habitat* advêm precisamente dessa causalidade unidireccional, que torna o modelo tão linear. Weidemann e Anderson (1985) tentaram introduzir-lhe a transaccionalidade pluridimensional e uma maior operacionalidade de forma a abranger a compreensão das múltiplas dimensões do fenómeno de habitar (arquitectónica, técnica, política, económica, social, psicológica, cultural, etc)

Os estudos realizados até ao momento vão identificando uma grande variedade de dimensões que fundamentam a satisfação residencial: dimensão, localização, densidade, vizinhança, etc.

M. João Freitas (1993) organiza essas variáveis em três conjuntos:

1. *Perspectiva da dimensão* (Lee, 1981, Lee e Guest, 1983), na qual o grau de satisfação é afectado negativamente pelo aumento populacional e densidade da respectiva área residencial;
2. *Perspectiva composicional* (Gans, 1952; Fischer, 1976), na qual a satisfação residencial é explicada de acordo com as características dos agregados domésticos;

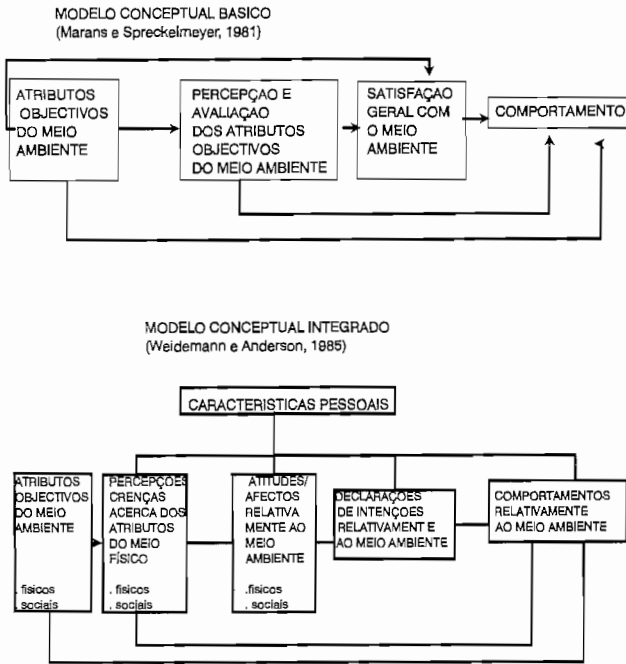


Figura 3: Modelos conceptuais básico e integrado

3. *Perspectiva da qualidade de vida* (Campbell e al. 1976, Marans e Rodgers, 1974, Fernandez e Kulit, 1981; Lee, 1981), na qual a satisfação residencial é explicada em função da influência das condições do ambiente (segurança, poluição, proximidade de vizinhos, etc) e também da comparação entre a situação actual dos indivíduos e as suas aspirações futuras.

As relações entre o meio e o comportamento (environment-behavior relations - EBR)

Os estudos EBR pretendem responder basicamente a estas questões: que características de pessoas e de grupos influenciam as formas como *built environment* é estruturado? Quais são os efeitos do *built environment* no comportamento humano, no bem-estar e qualidade de vida, etc? Como corolário, que mecanismos ligam as pessoas e o seu meio envolvente e quais as interacções?

Muito destes estudos realizam-se em articulação com a perspectiva anterior e decorrem da investigação sobre a satisfação residencial. Outros trabalhos pretendem identificar as variáveis que influenciam as razões de escolha de determinados locais e modelos habitacionais (no interior de naturais constrangimentos) para responder às características da procura.

Síntese das abordagens da apropriação do alojamento

A análise das formas de apropriação do alojamento tem-se tornada uma das problemáticas centrais da sociologia urbana nas últimas duas décadas, suscitando o interesse quer das entidades públicas, quer das entidades privadas.

O interesse das entidades públicas relaciona-se, sobretudo, com a necessidade de entender o comportamento dos diferentes grupos sociais, mas muito particularmente os grupos de menores rendimentos, característicos de bairros de realojamento; cujo mal-estar é cada vez mais evidente. O interesse das entidades privadas advém, fundamentalmente, do reconhecimento da existência de fortes dinâmicas demográficas, familiares e culturais, e da necessidade do seu entendimento para tornar possível oferecer um produto mais adequado, centrado nas necessidades e expectativas dos vários grupos sociais⁹.

Uns e outros, pretendem dar resposta não apenas às formas como se usam e se apropriam os alojamentos, mas também à sua articulação como prática específica no conjunto das restantes práticas sociais, i.e., interrogam-se sobre o reconhecimento do papel das formas de uso e apropriação do alojamento na estruturação dos modos de vida. Pretende-se ainda aferir dos efeitos que determinadas formas de uso e apropriação do alojamento têm nos comportamentos sociais e nas formas de organização colectiva.

As pesquisas realizadas até agora permitem concluir que a apropriação do alojamento não é um simples processo funcional, recobrando uma grande diversidade de práticas de uso, de apropriação cultural, simbólica e afectiva.

Jean-François Léger (1994) sintetiza em duas ideias centrais as conclusões básicas que se poderão retirar de uma análise das pesquisas dos últimos anos sobre as formas de apropriação do alojamento.

A primeira é de que os diferentes sistemas conceptuais disponíveis no mercado das ideias foram elaborados a partir da observação das práticas, mas nenhum produziu um método de ajuda à programação e à concepção do espaço habitado suficientemente fecundo e operacional.

Uma segunda constatação, referencia as variáveis que surgem como mais pertinentes nas pesquisas realizadas. Os modos de vida - no seu sentido genérico e neste contexto - poderão ser entendidos na referência a algumas categorias fundamentais, como a categoria profissional (desde que se considere a evolução de certas profissões), o sexo e a idade. No entanto, nesta temática torna-se indispensável tomar como unidade de observação a família o que vem complexificar quer a problemática, quer as metodologias de análise de que dispomos actualmente.

Notas

- 1 Veja-se o estudo de Saunders (1981) sobre o interesse na subida ou descida da taxa de juros e sobre a propriedade do alojamento que e opõe proprietários a inquilinos, etc.
- 2 Apesar do predomínio da influência marxista é preciso não esquecer que a relação entre modos de vida e *habitat* tem pelo menos 30 anos de pesquisas onde se salientam os trabalhos realizados por Chombart de Lauwe (1959), Henri Lefèbvre (1959, 1970), etc.
- 3 Em Portugal, embora tenha havido alguma contribuição dos sociólogos para alguns processos de construção os seus trabalhos não tiveram o impacto público que no resto da Europa, nomeadamente em França, Inglaterra, Holanda, etc.
- 4 Veja-se, por exemplo, a inacreditável experiência de participação e comunicação entre técnicos e população que foi o processo do SAAL só possível devido a uma cultura política de participação que então grassava o país e que foi infelizmente de pouca duração.
- 5 Não se entenda este comentário como uma crítica. Dada a rápida mudança de paradigmas é fundamental avançar a pesquisa empírica de forma a poder re-conceptualizar a partir do real em mudança. É, no entanto, preciso reconhecer a necessidade de modelos conceptuais mais estruturados para avançar.
- 6 Segundo Jean-Michel Léger (1994), nos primeiros encontramos: a) Pierre Bourdieu - para quem os estilos de vida são determinados pela pertença de classe e o capital cultural não é apenas o capital escolar; b) os investigadores do Instituto de Sociologia Urbana de Paris (Antoine e Nicole Haumont) que distinguem os modelos culturais e os modos de vida; c) Francis Godard que, com Daniel Bertaux, Michel Pinçon e outros tinham proposto a noção de reprodução antropológica para ultrapassar o conceito marxista de reprodução da força de trabalho; d) Jacqueline Palmade, cuja tipologia das condutas das formas de habitar associa variáveis sociológicas (situação de classe) e psicanalíticas (autonomia relativa do eu). Entre os segundos encontramos Bernard Cathelat inventor dos socio-estilos.
- 7 Citado por Léger, idem, 1994, p. 22.
- 8 Lembre-se as pesquisas exemplares de Jacqueline Palmade que integra as dimensões psicológicas, psico-sociológicas e sociológicas e culturais. Dimensões psicológicas de projecção espacializada da relação objectal com os pais e sobretudo, com a mãe que protege e alimenta. Esta projecção estaria na origem da identificação com o alojamento como um lugar de protecção contra as fontes de tensão; lugar sagrado de anulação do sentimento de importância e compensação da alienação pelo trabalho. Dimensões psico-sociológicas e sociológicas que fazem da casa um abrigo contraditório que leva ao reforço das clivagens, nas actividades e representações dos indivíduos entre trabalho e alojamento e à compensação da alienação profissional num espaço de apropriação afectivo-simbólico.
- 9 Diga-se, de passagem, que em Portugal, infelizmente nem entidades públicas nem privadas se têm mostrado interessadas em financiar pesquisas sobre estas temáticas.

Bibliografia

- ALCALÁ, L.C. (1995), *La Cuestión Residencial: Bases Para una Sociología del Habitar*, Fundamentos, Madrid;
- ALTMAN, Irwin e WERNER, Carol M., (1985), *Home Environments*, Nova York, Plenum Press;
- BASSET, K. e Short J. (1980), *Housing and Residential Structure. Alternatives Approaches*, Routledge & Kegan Paul, Londres, Boston e Henley;
- BONVALET, Catherine, (1988), *Transformations de la Famille et Habitat*, Travaux et Documents, nº 120, Paris, PUF-INED;
- CATHELAT, B., (1986), *Styles de Vie*, t.1 “Cartes et portraits”, t.2. “Courants et scénarios”, Paris, Ed. Organisation;
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry, (1959) (1ª ed), *Famille et Habitation: Sciences Humaines et Conceptions de l’Habitation*, Paris, CNRS (2ª ed. 1967);
- CONAN, Michel, (1981), “Présentation”, in *Le Système de l’Habiter*, Paris, Doc. CSTB;
- FREITAS, Mª João, (1993), *Ações de Realojamento e Reestruturação dos Modos de Vida: Um Estudo de Caso*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa, ISCTE;
- HAUMONT, Nicole, (1968), “Habitat et modèles culturels”, *Revue Française de Sociologie*, vol. IX, 1968, pp.180-190;
- HERPIN, Nicole, (1986), “Socio-style”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXVII, pp.265-272;
- LEFÈBVRE, Henri, (1959), *Critique de la Vie Quotidienne*, t.1 e t.2., Paris, L’Arche;
- LEFÈBVRE, Henri, (1970), *Du Rural à l’Urbain*, Paris, Anthropos;
- LÉGER, Jean-Michel, (1994), *Derniers Domiciles Connus: Enquête sur les Nouveaux Logements 1970-1990*, Paris, Editions Creaphis;
- PALMADE, Jacqueline, (1981), *Le Système de l’Habiter*, Paris, Doc. CSTB;
- RAPOPORT, A., 1978, *Aspectos Humanos de la Forma Urbana. Hacia Una Confrontación de las Ciencias Sociales Con el Diseño de la Forma Urbana*, Editorial de Gustavo Gili, Barcelona;
- RAYMOND, H., (1968), “Habitat, modèles culturels et architecture”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, nº 174, Julho-Agosto, pp.50-53;
- RAYMOND, H.; Haumont, N., (1966), *L’Habitat Pavillonnaire*, Paris, CRU;
- REX, John, (1967) *Race, Community and Conflict*, Oxford, Oxford University Press;
- SAUNDERS, Peter, (1981). *Social Theory and the Urban Question*, Londres, Hutchinson;
- WEIDEMANN, Sue; ANDERSON, James R., (1985), “A conceptual framework for residential satisfaction”, in Altman, Irwin e Werner, Carol M.(ed.), *Home Environments*, Nova York, Plenum Press.